

RELATÓRIO DE PROGRESSO

DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

do Município do Rio de Janeiro



Relatório produzido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em colaboração com o ONU-Habitat.

Cláusula de isenção de responsabilidade

As designações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o status legal de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades. As análises, conclusões, recomendações e pontos de vista desta publicação não refletem necessariamente as opiniões do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas, das Nações Unidas ou de seus Estados Membros. As informações contidas nesta publicação são fornecidas sem qualquer tipo de garantia, expressa ou implícita, incluindo, mas não se limitando a, garantias de comerciabilidade, adequação a um determinado propósito e não infração.

Especificamente, o ONU-Habitat não oferece garantias ou representações quanto à exatidão ou integridade de tais dados. Sob nenhuma circunstância o ONU-Habitat será responsável por qualquer perda, dano, responsabilidade ou despesa incorrida ou sofrida que seja alegada ter resultado do uso desta publicação, incluindo, sem limitação, quaisquer erros de fato ou omissão em conexão com a mesma. O uso desta publicação é por conta e risco do usuário. Em nenhuma hipótese o ONU-Habitat ou suas afiliadas serão responsáveis por quaisquer danos diretos, indiretos, incidentais, especiais ou conseqüentes, mesmo que o ONU-Habitat tenha sido avisada da possibilidade de tais danos. Trechos podem ser reproduzidos sem permissão, desde que a fonte seja citada.

Elaborado por:

Equipe do Escritório de Planejamento (EPL) e
Equipe de Gerenciamento de Projetos e de Metas da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados da Secretaria Municipal da Casa Civil

Revisado por:

Daniel Mancebo (EPL)
Samir Costa (EPL)
Luciane Moutinho (EPL)
Beatriz González Mendoza (ONU-Habitat)
Luciana Tuszel (ONU-Habitat)



RELATÓRIO DE PROGRESSO

DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

do Município do Rio de Janeiro

CONTEÚDO

PREFÁCIO	1
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1: A AGENDA 2030 NO BRASIL - BREVE CONTEXTO	3
CAPÍTULO 2: A AGENDA 2030 NO RIO DE JANEIRO	5
CAPÍTULO 3: PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ODS: AGENDA DE FUTURO	7
CAPÍTULO 4: PROCESSO PARTICIPATIVO DA ELABORAÇÃO DO PDS	11
CAPÍTULO 5: LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS	14
CAPÍTULO 6: POLÍTICA E ENTORNO PROPÍCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA LOCAL	15
A. O PDS como motor de inovações para as políticas públicas	15
B. Os ODS como paradigma de planejamento urbano	16
C. Projetos especiais do PDS.....	18
D. Ninguém deixado para trás: o caso dos “Territórios Sociais: inclusão de famílias vulneráveis nas redes de proteção social do Rio de Janeiro”	21
CAPÍTULO 7: APLICAÇÃO DE PROJETOS SUSTENTÁVEIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	23
Projetos conectados ao ODS 11	23
Projetos conectados a outros ODS.....	33
Notas de rodapé.....	36

PREFÁCIO

Não deixar ninguém para trás - Nunca um lema como esse fez tanto sentido como na atualidade e para a nossa querida cidade do Rio de Janeiro não poderia ser diferente. Quando essa perspectiva de implantar uma ampla agenda de desenvolvimento, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se inicia, em meados de 2017, não imaginávamos, nem os mais pessimistas, que passaríamos por uma crise de saúde pública sem precedentes menos de três anos depois. A realidade então se impôs, mas como gestores públicos devemos sempre nos sentir, como dizia Fernando Pessoa, “nascidos a cada momento para a eterna novidade do mundo”, assim, aprendamos com o tempo em que vivemos e avancemos!

Dessa forma, coube a Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados da Casa Civil, na figura de seu Escritório de Planejamento, conduzir esse desafio de elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável de forma coletiva e integrada à todos os demais setores da Prefeitura e externamente buscar ouvir os anseios do cidadão com transparência, inteligência e proximidade, em especial das crianças, principais interessadas no futuro da cidade que precisamos construir hoje, amanhã e sempre.

Como grandes desafios requerem múltiplos saberes, as parcerias firmadas ao longo desse processo têm sido fundamentais para o alcance de nossos resultados. Cabe aqui o destaque para sólida relação construída com a ONU Habitat nos últimos anos. Quando buscamos construir

um planejamento de longo prazo, com Horizonte em 2050 e primeiro ciclo de ações e metas para os primeiros dez anos, percebemos já no primeiro momento a feliz coincidência com Agenda ONU 2030. Por outro lado, a ONU Habitat também buscava estratégias para implantação dos ODS no nível local, sendo as cidades a escala ideal para este fim. Nasce aí a Agenda Rio 2030: o alinhamento entre os desafios que a cidade precisa enfrentar com os objetivos de desenvolvimento sustentável correlacionados.

O presente documento é a síntese de um grandioso projeto: construir um planejamento sólido, inclusivo, participativo, inovador e focado em resultados, sobretudo para os mais necessitados. Outro importante pilar é transparência que se estabelece no acompanhamento dessa agenda e na relação com as pessoas. Ainda durante as discussões internas e externas para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável, as plataformas públicas Planejamento.rio (<http://planejamento.rio>), Painel.rio (<http://painel.rio>) e Participa.Rio (<http://participa.rio>) adiantaram como a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro vem se aproximando do cidadão carioca do processo de planejamento de nossa cidade.

Assim, à ONU Habitat e àqueles que escolheram a nossa cidade para viver, trabalhar e ser feliz, o nosso muito obrigado! O futuro nos reserva grandes desafios que enfrentaremos juntos com conhecimento técnico, parcerias, coragem, sensibilidade e muita alegria.

INTRODUÇÃO

Este relatório traz uma síntese do processo de implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, no município do Rio de Janeiro, e apresenta como essa agenda global de longo prazo está sendo incorporada aos instrumentos de planejamento urbano e de gestão da cidade no curto, médio e longo prazos.

Apesar de ser parte de uma agenda global, os ODS foram concebidos como um plano que respeita as especificidades de cada localidade, levando em conta, inclusive, marcos institucionais de planejamento de longo prazo já previstos nas legislações de cada contexto. No Rio de Janeiro, o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) foi o arcabouço de planejamento que serviu de base para o desenho e implantação dos ODS no município.

Assim, o ONU-Habitat realizou uma parceria com o município do Rio de Janeiro, por meio do projeto global **Sistemas de Responsabilidade Pública: medir, monitorar e informar sobre políticas urbanas sustentáveis na América Latina**. A parceria de quase três anos envolveu apoio técnico e metodológico para os gestores públicos e teve como resultado o aprendizado com os desafios concretos enfrentados pelos diversos atores para a implantação dos objetivos globais. Este relatório é um produto desse projeto e oferece uma prestação de contas de como esse processo está se dando no território e como a agenda global está sendo incorporada pelo PDS local.

O relatório foi elaborado pela equipe técnica do Escritório de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados, órgão que integra a Secretaria Municipal da Casa Civil da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Este relatório é dividido em sete partes, além desta introdução. A primeira seção trata do contexto de implementação dos ODS no nível nacional. A segunda seção apresenta um breve contexto da cidade. A terceira e quarta seção tratam de como se deu o processo de elaboração do PDS, os atores envolvidos, a estrutura do plano e as metodologias de participação social utilizadas. O quinto capítulo trará alguns dos desafios estruturais para a implantação do PDS. Já o sexto capítulo fará uma análise mais detida sobre o contexto institucional dos instrumentos de planejamento do município do Rio de Janeiro, como a integração dos ODS se deu nesse âmbito e qual foi a contribuição dessa agenda global para avançar no planejamento das futuras políticas públicas na capital fluminense, bem como trará alguns dos projetos em processo de implementação que estão inseridos no PDS.

O sétimo e último capítulo apresenta os objetivos e metas da cidade, com uma seção dedicada especificamente aos projetos e ações atuais relacionados ao ODS 11 - **Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**.

CAPÍTULO 1: A AGENDA 2030 NO BRASIL - BREVE CONTEXTO

A Agenda 2030 foi definida em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, na sede da ONU em Nova York. A Agenda é um plano de ação que estabelece 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e 169 metas, orientadas para a proteção das pessoas e do planeta, promoção da paz, prosperidade e parcerias. Os ODS foram construídos de forma participativa, unindo governos e sociedade civil.

Para a implementação da Agenda 2030, os países se comprometeram a acompanhar e realizar o monitoramento da implementação das metas e indicadores. O Brasil também se comprometeu com essa agenda e tem trabalhado para adaptar os objetivos à realidade nacional e incorporar seus conteúdos nos marcos de gestão e planejamento, além de disseminar o processo para os níveis subnacionais. Nesse sentido, ressalta-se a importância de estabelecer um mecanismo de governança que possa dar conta desse processo que necessariamente deve envolver diversos atores do setor público e privado, em diferentes escalas de atuação.

Nesse sentido, o País deu passos importantes, ao desenvolver mecanismos institucionais e trabalhos importantes de adaptação interna. Por meio do Decreto Presidencial nº 8.892 de outubro de 2016, foi instituída a Comissão Nacional dos ODS¹. Trata-se de uma instância colegiada, de natureza consultiva e paritária, composta por cerca de 32 atores participantes, entre eles representantes da sociedade civil e dos três níveis de governo.

A Comissão tem por objetivo internalizar, disseminar e dar transparência ao processo de implementação da agenda global. Sua missão é de funcionar como um espaço de intercâmbio e de cooperação entre

as diferentes instâncias de governo e os segmentos da sociedade civil e de fomento de atividades colaborativas que contribuam para o alcance dos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Integram a Comissão o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que são responsáveis pelo assessoramento técnico aos trabalhos da comissão. Em ambas organizações existem pontos focais específicos para cada ODS, responsáveis pela discussão dos indicadores, adaptação das metas, levantamento e produção de dados, além de propostas para a elaboração de relatórios periódicos sobre o avanço da Agenda 2030. Além disso, ressalta-se a participação da Confederação Nacional dos Municípios, entidade municipalista que apoia esforços de integração dos ODS pelos governos locais. Também integram a comissão organizações do setor privado e da sociedade civil, como o Instituto Ethos, a Fundação Abrinq e a Confederação Nacional da Indústria. Todos os integrantes são escolhidos por um período de dois anos por meio de um processo de seleção pública.

No nível global, o país apresentou seu primeiro relatório voluntário em 2017 no Fórum Político de Alto Nível realizado nesse ano. No documento foram apresentados os avanços relacionados aos ODS 1, 2, 3, 5, 9, 14 e 17.

No nível nacional, O IBGE lançou em 2018 uma plataforma digital ODS que permite o acompanhamento de todos os indicadores da Agenda 2030². O IPEA, por sua vez, realizou a adaptação das metas globais à realidade brasileira³.

Em março de 2018, a comissão também lançou um Plano de Ação (2017-2019) para ampliar a disseminação dos ODS em todo o território nacional para o aprimoramento de políticas públicas direcionadas para o alcance das metas da Agenda 2030.

Para alcançar o objetivo, procura-se estimular estruturas locais de governança, com a criação de comissões estaduais e municipais, que teriam a responsabilidade de coordenar a implementação dos ODS nos respectivos níveis de governo. Além disso, procura-se estimular os entes subnacionais a mapear suas políticas públicas, e integrar os ODS nos instrumentos de planejamento. Processos participativos, momentos de revisão ou formulação de planos e legislações são excelentes oportunidades para esse tipo de iniciativa.

Em paralelo, no plano de ação destaca-se a importância de fortalecer plataformas e observatórios públicos da sociedade civil que disponibilizam dados e diagnósticos sobre a situação do país, dos estados e dos municípios. Outra ação que deve ser fomentada nos dois anos de vigência do plano é o fortalecimento de parcerias que contribuam com projetos, ações e iniciativas para o alcance dos ODS.

预览已结束，完整报告链接和二维码如下：

https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?reportId=5_17658

